



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE JANEIRO DE 2017

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

O Plenário procedeu ao debate conjunto, na especialidade, do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o ano económico 2017, tendo-se visto os Ministérios da área institucional. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul (Américo Ramos), da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos (Ilza Amado Vaz), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Teodorico Campos) e de Infra-

estruturas e Recursos Naturais (Carlos Vila Nova), que prestaram esclarecimentos, os Srs. Deputados Ângela da Costa Pinheiro (ADI), Jorge Amado (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), Levy Nazaré (ADI), Abnildo d'Oliveira (ADI), Bilaine Ceita (ADI), Joaquim Salvador Afonso (ADI), Alda Ramos (ADI), Alda Ramos (ADI), Mário Fernandes (ADI), Nilton Lima (ADI), Jorge Bondoso (ADI), Ivo Costa (ADI), Silvestre Mendes (ADI) e Salcedas Barros (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Adilson Cabral **Managem**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Ângela José da Costa **Pinheiro**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmael da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos Ramos
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Mário Fernando Rainho
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António Monteiro Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito Vaz d'Assunção do E. Santo
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Jorge Amado
 Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Delfim Santiago das **Neves**
Filomena M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**
Jorge Dias **Correia**

José Luís **Xavier Mendes**
Leonel de Oliveira da Costa **Vangente**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Chamo o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, para ocupar lugar na Mesa da Assembleia.

Tendo o Sr. Deputado ocupado lugar na Mesa, vamos continuar com os nossos trabalhos.

Permitam-me saudar as Sras. e Srs. Deputados e os membros do Governo presentes nesta augusta Assembleia.

Vamos iniciar a nossa sessão com o debate da área institucional, recordo que vamos debater questões que se prendem com a Presidência da República, a Assembleia Nacional, os Tribunais, o Gabinete do Primeiro-Ministro, a Procuradoria-geral da República, o Ministério da Defesa e Administração Interna, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o Ministério da Presidência do Conselho dos Ministros e dos Assuntos Parlamentares, as Câmaras Distritais e a Região Autónoma do Príncipe.

Aproveito para informar que, nos termos do artigo 211.º do Regimento da Assembleia Nacional: «1. O debate na especialidade das propostas de lei das Grande Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado não pode exceder dez dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério e nele intervindo os respectivos membros do Governo.»

2. Para efeitos do n.º 1, as reuniões da comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado.

3. Caso o Plenário use da faculdade prevista no artigo 163.º, o debate na especialidade das mencionadas propostas de lei não podem exceder três dias.» É este o caso.

Por conseguinte, está aberta a inscrição para a intervenção das Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria também de informar, para esta área institucional, o tempo distribuído para cada grupo parlamentar. O Governo tem 54 minutos, o ADI tem 54 minutos, o MLSTP/PSD tem 27 minutos, o PCD tem 9 minutos e o UDD tem 5 minutos.

Ontem, na Conferência de Líderes, verificamos que sobrava 1 minuto, então, de comum acordo, decidimos colocar mais 1 minuto para o PCD. Nesse caso, ficam 10 minutos, em vez de 9 minutos. Foi concertado em Conferência de Líderes.

Bom, está aberto o debate e gostaria que as Sras. e Srs. Deputados pudessem se exprimir.

Não sei o que se passa, mais não vejo ninguém da Bancada do MLSTP/PSD presente.

Uma voz: — Há quórum, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Entendi, mas não estão presentes. É só para informar que, não estando presentes, no final do debate, irei marcar faltas. Quero frisar isso, porque está no nosso Regimento. Têm que estar presentes. Não estando presentes, terão faltas. Portanto, neste sentido, está aberto o debate.

Sras. e Srs. Deputados, como dizia no início, estamos a discutir a área institucional. Portanto, gostaria de pelo menos ver a nossa Assembleia já com Deputados a colocarem perguntas e também para dizer que estão cá os respectivos ministros que poderão eventualmente ajudar no esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela da Costa Pinheiro** (ADI):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, o que me traz cá é que, vendo as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2017, no âmbito de promoção da igualdade e equidade de género, existem medidas nas Grandes Opções do Plano, mas quando vamos para o Orçamento, não vemos nenhum valor dotado para o cumprimento dessas medidas. Por isso venho cá pedir uma explicação ao Governo. Há uma das medidas cá que diz «promoção de acções que permitam a eliminação de todas as formas de violência, sobretudo as baseadas nos géneros», mesmo no Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica, também não vemos nenhuma verba dotada para o cumprimento dessa medida. Por isso, peço ao Governo que nos dê uma explicação quanto a isso, porque de um tempo para cá temos tido uma estratégia de promoção e equidade de género no País e não vejo nenhum valor dotado para a execução dessa estratégia.

Essa que é a minha preocupação.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sra. Deputada.

Mais intervenções.

Convido o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares a usar da palavra.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela):— Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria mais é fazer um ponto de ordem. A minha intervenção é apenas para dizer que de facto vamos discutir os aspectos institucionais, mas seria de todo aconselhável que se definisse uma ordem sequencial, porque se não teríamos um deputado que levanta um problema que tem a ver com o Gabinete do Primeiro-Ministro e outro que vem a seguir com uma questão relacionada com o Presidente da República, outro depois com Relações Internacionais, em função do interesse e da competência de cada um interveniente. Daí que seria bom, Sr. Presidente, se me for permitida esta sugestão, que nos dissesse qual é a ordem sequencial dos assuntos a tratar e as intervenções poderiam incidir sobre cada um desses sectores institucionais.

Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Ministro, é uma sugestão que acho também pertinente. Portanto, a nossa Assembleia é soberana e, se anuírem, acho também que poderemos começar em função da lista que já citei no início. Podemos começar com a Presidência da República e vamos assim sucessivamente evoluindo, em função dos sectores.

Se estiverem de acordo neste caso, vamos abordar questões atinentes à Presidência da República. Bom, vamos começar primeiro com a Presidência da República, depois viria a Assembleia Nacional, depois os Tribunais, o Gabinete do Primeiro-Ministro, o Ministério da Defesa e até o fim, em função daquilo que eu disse no início. Todos os elencos que fazem parte da área institucional já foram citados no início do debate.

Também gostaria de dizer que a preocupação da Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro mantém-se de pé, embora não se tinha decidido ainda as áreas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Posso?

Uma voz: — Não está a passar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não está a passar? Ah bom, se não está a passar...

O Sr. **Presidente**: — Parece que estão aqui os técnicos da televisão a tentarem...mas a rádio já está a funcionar.

Há Deputados que querem intervir, portanto, chamo o Sr. Deputado José António, para a sua intervenção.

É só para informar que acabo de ser informado de que a estação da TVS não tem energia e é por isso que está parada, mas a rádio está a funcionar, vamos continuar.

O Sr. **José António Miguel** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Bom, tomo a palavra exactamente, tendo em atenção que estamos na discussão na especialidade e temos aqui no Programa de Investimento Público uma verba de 2 mil milhões de dobras de apoio institucional à Presidência da República, com a fonte de financiamento de Taiwan. Tendo em conta que rompemos o acordo de cooperação com Taiwan, gostaria de saber qual é a explicação que o Governo tem a dá com relação a nova fonte de financiamento para esta rubrica.

O Sr. **Presidente**: — Há mais alguém que quer intervir? Mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos a abordar o sector Presidência da República.

Não sei se o Governo está disponível par prestar algum esclarecimento.

Acabo de ter informação que a emissora TVS já tem energia e já está a funcionar. Portanto, a emissão deve estar no ar.

Tem a palavra Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros e Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Estamos hoje aqui na sede de debate na especialidade, mas antes de mais gostaria de lamentar o facto de, antes do início desta sessão, o Sr. Presidente por ter vindo anunciar publicamente falta aos Deputados da Bancada do MLSTP/PSD. Acho que isso não é sua missão. A sua missão aqui é fazer com que a plenária funcione, não ameaçar faltas aos Deputados. Foi dito aqui, informaram-me. Quem estava na Sala disse que foi dito.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Deputado que me antecedeu colocou aqui uma pergunta bastante pertinente e eu gostaria igualmente de obter alguma informação com relação a isto, tendo em conta que no debate na generalidade o Sr. Ministro prometeu que hoje iria apresentar as alterações das fontes de financiamento. Acho que não faz sentido começarmos a discutir na especialidade o Orçamento, sem que realmente o Sr. Ministro cumpra com o que prometeu ontem, nos apresentar esta alteração à fonte de financiamento. Se insistimos com relação a esta questão de fonte de financiamento, Sr. Ministro das Finanças, é porque o senhor melhor do que eu sabe e nos pode clarificar a situação, que o Orçamento Geral do Estado da China Taiwan é aprovado no mês de Junho e o nosso orçamento entrou com o financiamento da China Taiwan, para ser aprovado no mês de Janeiro. Significa dizer que do mês de Junho até o mês de Janeiro, muito provavelmente, o financiamento da China Taiwan já teria entrado e, se se já entrou, temos um outro orçamento que nos aponta para o financiamento da China Popular.

Ora, como explicar e onde entrará os 15 milhões da China Taiwan e onde entrará a parte que vem da China Popular? Portanto, queremos, como se diz, transparência. Tem que haver transparência. Estamos a discutir um documento sério, a aprovar um orçamento e temos duas fontes de financiamento, uma provavelmente entrou e outra que se diz que também entrou. Portanto, um orçamento fala de uma fonte e outro fala de outra fonte. Então, tem-se que cruzar as fontes, para dizer que entrou da China Taiwan x e China Popular x, e o que se vai fazer com este dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções?

Sras. e Srs. Deputados, apelo para uma certa serenidade. Hoje é um outro dia, na minha óptica, ontem fizemos alguma prestação, mas podia até ser melhor e espero que hoje seja uma prestação mais calma, mais serena e devemos nos cingir apenas à discussão na especialidade do que nos trouxe cá hoje. É esse apelo que faço a todos os Deputados, para termos uma prestação com alguma elevação, sobretudo. Portanto, Srs. Deputados, é para todos.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Em relação à questão levantada pelos Srs. Deputados José António e Jorge Amado, gostaria de dar uma resposta que respondesse às duas questões ao mesmo tempo, mas antes gostaria de dizer ao Sr. Deputado Jorge Amado que deu uma explicação em relação ao ano fiscal de Taiwan e os acordos assinados com S. Tomé e Príncipe anteriormente, não diziam respeito ao ano fiscal chinês, mas em relação ao período orçamental de São Tomé e Príncipe. Era assinado anualmente um acordo de cooperação com São Tomé e Príncipe, onde se descriminava todas as ajudas prestadas e inscritas no Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe. Por isso, não há desfasamento ou diferença entre o período fiscal taiwanês e o acordo. Uma coisa é o ano fiscal chinês e outra coisa é o acordo que é normalmente assinado.

Em relação ao que está inscrito no orçamento, como sabem, reatamos as relações com a República Popular da China, daí que neste momento a fonte de financiamento da china Taiwan não deve constar como fonte de financiamento do orçamento. No entanto, o acordo com a República Popular da China, garantimos todos os projectos de continuidade que estavam inscritos com a fonte de financiamento da República de Taiwan e aproveitamos, sem comprometer o tecto orçamental, fazer uma reorganização da afectação das verbas, nomeadamente de apoio institucional. Como sabe, até o momento, o apoio institucional era uma verba não descriminada no orçamento. Era uma verba inscrita, mas usada de forma indiscriminada. O que fizemos agora é, considerámos esse apoio institucional para 2017 como se fosse uma reserva orçamental que será solicitada em função da necessidade de cada sector e reafectada a verbas concretas do orçamento de cada sector.

Explico, a Assembleia Nacional, na necessidade de determinada verba para dar cumprimento a determinada acção solícita ao Governo, solicita ao Governo e este faz a reafectação. Portanto, toda essa verba está concentrada no Encargo Geral do Estado e será afectada de acordo com a necessidade de cada sector. É o arranjo que fizemos, tanto para a Assembleia Nacional, como para a Presidência da República, o Gabinete do Primeiro-Ministro e todos outros sectores que tinham inscritos no seu orçamento apoio institucional. E o fizemos porque, como sabemos, era uma verba que, em certos casos, e constamos isso, servia até para o pagamento de guardas e de funcionários de determinadas instituições. Achamos que isso não é sustentável, porque não sabemos o que virá no futuro.

Cada parceiro tem a sua filosofia de ajuda e se estamos a suportar despesas correntes com o apoio institucional, significa que a dado momento, se esse parceiro já não existir, como é que vamos suportar essas despesas. Daí que é melhor suportamos com os nossos recursos, em vez de ser apoios de parceiros. Fizemos essa afectação, neste momento está inscrito como reserva e vai ser reafectada para cada sector, em função das necessidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Srs. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Peço a palavra na sequência daquilo que acabou de dizer o Sr. Ministro das Finanças, para lhe perguntar onde é que está plasmado o que ele acabou de dizer. Porque quando pego num orçamento que foi aprovado por esta augusta Assembleia ontem, aparece aqui tudo discriminado.

A Assembleia tem o seu apoio institucional discriminado com 2 biliões de dobras, portanto, o apoio institucional, na proposta do Orçamento que foi aprovado ontem, estão aqui apoio institucional, o que entra em contradição com o que nos veio dizer agora o Sr. Ministro das Finanças. O Sr. Ministro disse que agrupou todo apoio institucional numa reserva e eu gostaria de saber em que parte deste Orçamento é que aparece este agrupamento que foi feito.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul**: — Sr. Presidente, o que eu disse é que propomos uma reafecção, tendo em conta que é do conhecimento que já não temos o parceiro Taiwan. Daí que havia toda necessidade de mudar, na sede de especialidade, o parceiro República de Taiwan e ao mesmo tempo proponho uma reafecção desse montante para «encargos comuns», para depois ser reafectado, em função das necessidades. Foi isso que eu disse.

Neste momento, estando em sede da especialidade, é uma proposta que estou a fazer, para corrigir o que está no documento que têm neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, quando fiz a minha intervenção ontem, havia dito que estamos a fazer um trabalho, se calhar, desnecessário e a prova disso está cá hoje. O que o Sr. Ministro veio propor não é o que diz o Regimento. É preciso apreciar o que diz os artigos 164.º e 165.º do Regimento. As propostas de substituição, emendas e alterações versam sobre os artigos da lei, e é isso que estamos aqui a fazer hoje.

O mapa é discutido, as políticas do Governo, em função das Grande Opções do Plano e as dotações financeiras são coisas completamente diferentes daquilo que o Sr. Ministro está a propôr. É o que eu dizia ontem. Era ontem que devia dizer uma palavra muito simples «o Governo propõe que onde se lê China Taiwan deve-se ler China Popular ou República de China Popular». Na Generalidade, porque aquilo que está no artigo 164.º e seguintes contradiz completamente aquilo que veio propor aqui.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, espero que consagremos de facto a grande parte do nosso tempo para discutir este Orçamento na especialidade, porque é esta a missão que temos para os dias de hoje e da amanhã. De facto quando voltamos para o campo de interpretações a coisa complica, porque dificilmente se chega a um acordo.

O Sr. Deputado Delfim Neves tem uma interpretação com a qual obviamente discordo. Digo porquê e é simples e evidente, óbvio. O Sr. Deputado disse que no Orçamento só se deve discutir os artigos, mas o Orçamento Geral do Estado não é só artigos. O Orçamento Geral do Estado são artigos, números e os mapas que o acompanham. Portanto, quando altero um artigo que diz que o tecto é x, portanto, se posso alterar um artigo que diz que o valor do orçamento é de 100, quer dizer que posso também alterar o 100. Ora, se altero o 100, necessariamente tenho que alterar os números, os mapas e tudo mais, para que tudo esteja em coerência. Portanto, vir dizer que aqui só se discute artigos é, no mínimo, incoerente.

Tem-se que discutir o artigo, sim senhor, mas tem-se que discutir os mapas, tem-se que discutir as cifras, tem-se que discutir as fontes de financiamento, tem-se que discutir tudo, porque o orçamento é um todo, composto de artigos, de normas, de princípio e tudo mais, mas é também composto por números. Portanto aqui se diz que se pode alterar os artigos, porque o orçamento tem essa dimensão, é essencialmente definido como uma lei de fianças. É uma lei. Então, quando se pensa na lei, não se pensa nos números, mas a verdade é que de facto o orçamento é a lei, as cifras, os números, os mapas e tudo mais. Tudo isto é que faz o orçamento, porque se eu destacar só isso e se o FMI e o Banco Mundial me pedirem o orçamento e eu levar apenas o texto da lei promulgado, sem o resto, ficarão sentadinhos à minha espera, para que eu apresente isso, porque está incompleto. Daí que, honestamente, feitas essas observações, eu gostaria que passássemos, porque com as 5 horas que temos para vermos tudo isso, hoje e amanhã, se continuamos nesse processo de interpretação, vamos perder muito tempo e, se calhar, não vamos chegar a um acordo. É o que acontece em matéria de interpretação.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais intervenção?
Tem a Palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Bom, antes de mais, gostaria, sinceramente, de felicitar o Sr. Ministro pela sua habilidade jurídica para tentar delubriar aquilo que eu disse.

Em primeiro lugar, em momento algum eu disse que se discute os números. Em momento algum e deve estar gravado. O que eu disse é que os mapas estão anexos aos artigos e são para discutir as políticas, através das Grandes Opções do Plano e a dotação orçamental.

Sobre as alterações, pode dar a volta que quiser, vou ler para as pessoas perceberem lá em casa o que diz o artigo 164.º. «1. A discussão na especialidade versa sobre cada artigo, podendo a Assembleia Nacional deliberar que se faça sobre mais de um artigo simultaneamente, ou, com fundamento na complexidade da matéria ou das propostas de alteração apresentadas, que se faça por números.

2. A votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea». E o artigo 165.º é a ordem de votação, sobre os artigos. O que disse aqui é que perdemos tempo, sim, ontem e se calhar anteontem também, porque o Governo tinha tempo e espaço para esclarecer isso. Aliás, nem diria ontem ou anteontem. Teve mais que 1 mês para enviar à Assembleia Nacional uma nota com essa explicação que o Sr. Ministro acabou de dar, porque estamos a discutir o princípio.

O que fazemos aqui várias vezes, isso está claro, sobre a fonte de financiamento é quando há uma verba que dizemos confirmada, como era o caso de Taiwan, e que está para uma acção não prioritária, então substitui-se a fonte de financiamento de uma outra acção não prioritária e passa-se para aquela que é prioritária. Nunca aqui, que eu saiba, se estou enganado alguém que me diga, substituímos ou suprimos uma fonte de financiamento, para introduzir uma nova fonte de financiamento. É essa a questão.

Não disse que não se discute número, que não se discute as acções. O que estou aqui a referir é o princípio que ontem falamos diversas vezes que se deve discutir. O princípio de orçamento é na generalidade. Na especialidade, temos uma bíblia que nos orienta sobre o que é a discussão na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Gostaria, antes de mais, de voltar ao que havia dito ontem. Fica mais uma vez provado que a intenção é de bloquear...

Vozes: — Ohhh.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... e de criar dificuldades desnecessárias nos nossos trabalhos, descredibilizando assim a Assembleia Nacional como um órgão de soberania de extrema importância para o nosso dia-a-dia.

Todo o povo que nos escuta sabe que o OGE e GOP são discutidos e votados todos os anos aqui nesta Casa Parlamentar e neste país. E não é hoje a primeira vez que avocamos a discussão na especialidade ao Plenário, de forma que todo o povo acompanhe a nossa discussão. Já houve outros momentos que esse exercício foi feito aqui no Plenário e toda gente sabe que, quando chegamos na fase da especialidade, discute-se sim não só os artigos como os planos, mapas, as verbas, os valores, entra-se até em questões de projectos de estradas, águas, localidades, etc., etc., etc..

Ainda ontem todos os intervenientes que estiveram aqui disseram isso, disseram e o povo ouviu. Toda gente, quando veio aqui falar, disse que estamos na fase da generalidade, em que se discute apenas os princípios. E Sr. Deputado falou isso aqui várias vezes ontem que na especialidade iríamos entrar em números, projectos, em coisas concretas, dos mapas e dos valores.

A Sra. Deputada, Colega do Grupo Parlamentar do PCD, que é da Região Autónoma do Príncipe, veio usar da palavra aqui e a Mesa não a deixou continuar, porque ela estava a entrar em questões de especialidade. Estamos a querer enganar quem nesta Casa Parlamentar?

Por isso, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o senhor tem razão, é uma questão de interpretação jurídica e esta é uma matéria científica que não cabe a qualquer um...

Vozes: — Hooo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...por muito tempo de deputação que possa ter.

E agora vou entrar na questão jurídica. O artigo a que o Sr. Deputado fez referência, artigo 164.º do nosso Regimento, está dentro de uma divisão que é a 4.ª divisão, que fala da discussão e votação, em disposições gerais, quanto a matéria de projectos e propostas de lei. É isso que fazemos aqui todos os dias, quando discutimos projectos e propostas de lei que dão entrada na Assembleia. Discutimos também na especialidade, mas quanto ao OGE e as GOP, são processos especiais.

O senhor leu aqui o artigo, eu também vou ler artigos para o povo ouvir. O senhor leu artigo 164.º, processos gerais, vou ler o artigo que faz referência a processos especiais, concretamente as GOP e o OGE. Quem está a ludibriar quem aqui?

É por isso que eu disse, mesmo que haja uma maioria absoluta, há várias formas de se bloquear uma instituição e são essas formas que vocês estão a usar, alguns de vós deputados, reconhecidos, repetentes nesta matéria, mas não vão conseguir, por este caminho.

Não disse isso ontem, mas hoje quero aqui dizer para todo o povo me ouvir. Nós do ADI não fugimos à nossa maioria absoluta. Assumiremos as nossas responsabilidades. Por isso, o povo nos deu a maioria absoluta e vamos usá-la, desde que seja para desenvolver o País e resolver o problema da população.

Aplausos do ADI.

Se nós do ADI usarmos a nossa maioria para transformar este País, desenvolver São Tomé e Príncipe e acabar com a pobreza, então vamos assumir esta nossa maioria e sempre que houver votação vamos votar, porque o povo deu-nos a maioria absoluta. Ai de nós se não usarmos a nossa maioria absoluta. O povo nos deu e respeitamos a vontade do povo.

Agora, entrando outra vez nos artigos, vou ler o artigo do processo especial que fala do OGE e das GOP. Gostaria que todos acompanhassem comigo a leitura do artigo 211.º do nosso Regimento, Secção I do Capítulo IV, fala sobre as GOP e o OGE e começa com o artigo 205.º, apresentação da proposta de lei, depois o artigo 206.º fala de conhecimento, 207.º, exame pelas comissões, 208.º, agendamento, 209.º, debate na generalidade, depois o artigo 211.º, debate na especialidade. E este artigo diz que: «1. O debate na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado não pode exceder dez dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo».

Successivamente, os orçamentos de cada ministério, logo, pressupõe-se de cada instituição aqui presente. E é isso que sempre fizemos. A única diferença é que avocamos para discutir no Plenário e que o próprio Regimento diz que já não são 10 dias, mas sim 3 dias.

Murmúrios.

Estou a ver sim. Para discutirmos ministério por ministério, temos que discutir os mapas, valores, projectos, etc., etc. Então me diga que artigo que fala também dos ministérios todos. Desses artigos, o artigo 164.º que leu, que fala que na especialidade só se discute os artigos, diga-me nesses artigos onde é que se discute os ministérios.

Por isso, o que quis aqui passar é uma forma de ludibriar, para dizer que está tudo mal, mas está tudo bem e peço à Mesa para avançarmos, porque desde sempre o orçamento é discutido na especialidade, institucionalmente, ministério por ministério, os órgão de soberania. A Assembleia já discutiu também e já aprovou o seu próprio orçamento. Então, o que estamos aqui a fazer? Por isso, não percamos tempo, usemos a nossa maioria.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Direito a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— O direito a resposta é automático.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Creio que mais clara e mais evidente não poderia ser a minha explanação, mas de qualquer forma vim aqui, sobretudo, pelo atributo que me foi colado de habilidade para ludibriar. Quero dizer que não tenho essa habilidade. A minha habilidade é científica, porque a interpretação, apesar de ser livre, obedece a regras e princípios que devem ser observados. E a interpretação tem um limite.

Ela pode ser livre, toda gente pode dizer o que quer, mas a ciência de interpretação tem um limite. Sabe qual é o limite? O limite é quando conduz ao absurdo. Tudo é verdade na interpretação, salvo quando a interpretação conduz ao absurdo. E o absurdo é isso, só podemos discutir artigos. E de facto o artigo 211.º que o Sr. Deputado Levy Nazaré acabou de referir diz «orçamento de cada ministério». E volto novamente à composição do orçamento de cada ministério. Tem projecto, valor do projecto, a fonte de financiamento, o código, tem tudo isso. Por isso, tudo isso está sujeito a discussão pela Assembleia que, soberanamente, pode alterar tudo. Porque se eu perguntar o inverso, diz-me então qual é o artigo, na Constituição ou no Regimento da Assembleia que diz que não se pode alterar uma fonte de financiamento, que não se pode

alterar o valor. O único limite relativamente ao valor é o tecto do orçamento, o equilíbrio entre as receitas e as despesas. No interior dele, a Assembleia tem toda a liberdade para fazer essa alteração.

Não se trata aqui de ludibriar ninguém. Trata-se apenas de trazer para esta Assembleia aquilo que é a verdade jurídica expressa em documentos que a própria Assembleia aprovou. Apenas isso.

Mas também gostaria de dizer que sobre essa matéria de intervenção o Governo já não está disponível para voltar aqui a discutir. O Governo estará disponível para responder às questões, para continuar a discutir o Orçamento.

Esta é a minha última intervenção, sobre essa matéria de intervenção, sobre esse aspecto concreto, independentemente daquilo que seja o exercício de direito de resposta e tudo mais, mesmo de adjectivações que possam ser feitas relativamente à minha pessoa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que adjectivações de absurdo não me ofendem, até porque se alguém está neste campo são aqueles que me antecederam, porque em momento algum disse que não se discute números, em momento algum disse que não se discute opções, acções. O que eu disse, independentemente de não ser jurista, citei o que diz o artigo neste campo.

Se alguém está a fazer bloqueio é o próprio Governo e a maioria, porque tinham tempo para evitar essa discussão desnecessária. De 20 de Dezembro até hoje, 25 de Janeiro, estamos a falar em cerca de 35 dias, que era tempo suficiente para enviarem à Assembleia estas alterações, que entendemos que é de fundo. Mesmo na discussão na especialidade, falou-se e repetiu-se várias vezes sobre esta questão, silêncio absoluto, e hoje na especialidade querem alterar a fonte de financiamento. Entendemos que isso é de fundo e é por isso que votamos contra o orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Pude ouvir aqui a intervenção do Sr. Ministro e do Sr. Deputado do ADI. Na justificação das suas acções, as justificações que deram, quer virem à esquerda, quer virem à direita, não disseram nada...

Risos.

Não disseram absolutamente nada e nem convenceram o povo que está lá fora.

Murmúrios.

No entanto, queria pedir ao Sr. Presidente que nos clarificasse uma coisa. Viemos aqui para participarmos, de acordo com a lei, na discussão do OGE, o qual exige a nossa participação. Estamos aqui para darmos a nossa participação. Caso acharem que não é necessária a nossa participação, gostaria de sugerir que nos libertassem, para que não digam que saíram e vão ter que apanhar falta, porque não estão na Sala. É só uma questão de nos libertar, porque têm a maioria e aprovam tudo. Não há problema. Que a maioria faça tudo. Aprovevem e apliquem o vosso Orçamento, porque numa ocasião disseram que o País está mal, temos que apertar o cinto e dentro de 2 meses vai estar tudo bem, ora vêm nos dizer que já têm 89% do Orçamento, depois quando chega no fim nos dizem que não conseguiram cumprir, só cumpriram quarenta e tal por centos e hoje nos trazem uma fonte de financiamento duvidosa.

Se estamos aqui na Casa Parlamentar é para podermos discutir aquilo que o povo quer saber, porque o Orçamento tem que ser transparente, publico. Cada um lá em sua casa tem que saber o que estamos a discutir, que orçamento estamos a discutir. Estamos com um Orçamento e estão a nos colocar outras questões que não estão neste Orçamento. Já que querem que o Orçamento seja aprovado assim, conforme pretendem, com a fonte de financiamento da China Taiwan e também se querem que colaborem nesta situação fraudulenta, gostaria de solicitar ao Sr. Ministro, para nos tranquilizar, que nos apresente o acordo assinado entre o Governo e a China Popular, que indica que este valor que está no Orçamento que o senhor está a falar agora existe.

A Assembleia Nacional está cá para isso. Apresente-nos o acordo, para convencer-nos de que realmente existe esse valor que o senhor está a querer que a gente discuta hoje. Apresentando, talvez a gente aceite que mude a fonte de financiamento. Isso pouco nos interessa. O que nos interessa é que o País ande e que não nos venham dizer que agora vamos arrancar, é o momento de arranque, o País vai descolar, para depois vir chorar amanhã que aprovamos um orçamento com fonte de financiamento que a gente nem sequer recebeu. Não.

Queremos conhecer o acordo.

O Sr. **Presidente**: — Sinto-me na necessidade de prestar algum esclarecimento, para melhor conduzirmos os nossos trabalhos.

Na Conferência de Líderes que teve lugar ontem, após a sessão plenária, tínhamos decidido começar a discutir por áreas: área institucional, económica e social.

Ontem, falei na Conferência de Líderes que iríamos aprovar o Orçamento e, no momento da aprovação, estará previsto discutir artigo por artigo. Será amanhã que faremos isso. Hoje era para nos debruçarmos completamente sobre tudo que tem a ver com áreas. São vários sectores.

Para hoje está previsto discutir tudo que é institucional e também a área económica e amanhã entraremos na área social e, no final, quando iremos...

Uma Voz: — Existe área social?

O Sr. **Presidente:** — Deixa-me falar. Área social existe, sim senhor.

Uma Voz: — Dinheiro.

O Sr. **Presidente:** — Estou a falar aquilo que está previsto para discutir.

Uma Voz: — Dinheiro.

O Sr. **Presidente:** — Não sou Governo, Sr. Deputado.

No final disso tudo é que passaremos à aprovação do próprio orçamento e aí sim é que vamos discutir artigo por artigo, começando pelo preâmbulo, como está previsto no nosso Regimento. Depois dessa revisão toda é que teremos o documento final para, em final global, poder aprovar.

É essa explicação que queria dar, para não estarmos a resvalar naquelas confusões desnecessárias. Tem sido sempre assim. Tradicionalmente, discutimos as áreas primeiro, depois entramos artigo por artigo, em função da matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sobre a área institucional, estamos a falar da Presidência da República e outras instituições como a Assembleia Nacional, os Tribunais, o Gabinete do Primeiro-Ministro.

Daquilo que foi a proposta de Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças, o nosso Grupo Parlamentar anui a essa proposta, para procedermos à substituição da fonte de financiamento de Taiwan por China Popular e acredito que do ponto de vista institucional também é transversal para outros sectores. Daí que o nosso Grupo Parlamentar aceita essa alteração.

O Sr. **Presidente:** — Estamos a discutir a área institucional, Presidência da República, e se não houver mais perguntas passaríamos para a Assembleia Nacional.

Sra. Deputada, escuse-se de estar a perturbar constantemente as reuniões.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Não estou a perturbar a reunião.

O Sr. **Presidente:** — Se quiser falar, pegue no microfone e fale.

Cinjo estritamente ao Regimento. Só dou a palavra quando é para falar da matéria em apreço. Quando está a falar de problemas pessoais, não estamos cá para ouvir a vida das pessoas. É só isso.

Já não há perguntas? Podemos passar para a área seguinte?

Vamos entrar nos Tribunais. Alguma pergunta, algum esclarecimento?

Também não há preocupação a nível dos Tribunais.

Vamos para o Gabinete do Primeiro-Ministro.

Vamos passar para a Procuradoria da República. Perguntas, preocupação, esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

Murmúrios da Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

Se calhar é melhor repor, para ter a certeza de que o Gabinete do Primeiro-Ministro registara a sua preocupação.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência, de Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, a questão que foi suscitada pela Sra. Deputada Ângela Pinheiro tem a ver com duas questões. Por um lado, a questão da coerência entre as GOP e o OGE e, por outro, a existência, que decorre da primeira, de verba para a implementação das actividades, no domínio da equidade de género.

Primeiro, relativamente à questão da coerência entre os dois documentos, é uma questão recorrente que se tem aqui em todos os orçamentos que eu já pude seguir nesta Assembleia, como ministro ou mesmo como simples cidadão. Toda a gente encontra sempre um domínio que aparece.

As GOP são as grandes opções que se faz para o ano e cada acção não tem que se traduzir, necessariamente, numa verba específica, porquê? Porque essas opções são, muitas vezes, opções de princípio que têm a ver com políticas que são transversais. Por exemplo, quando se diz «combater a pobreza no seio das mulheres», isso encontra resposta em toda a política que se está a fazer, no sentido de se ter um crescimento gerador de emprego, porque nada melhor liberta as pessoas, em países democráticos, como ter um emprego que lhe permita ter um rendimento e cobrir as suas necessidades. Mas há também opções de plano que são feitas ao nível desse documento, que não precisa de dinheiro, porque se trata de reformas.

Por isso, muitas coisas que lá estão, relativamente a equidade de género, tem a ver com adopção de normas, adopção de políticas, e essas coisas não têm, necessariamente, que ter uma tradução quantitativa no Orçamento, porque são políticas que o Governo desenvolve, são leis que são aprovadas, o que depende muitas vezes de iniciativas de um ou cinco deputados, de acordo com aquilo que a lei diz.

E creio que há uma questão que preocupa em particular a Sr. Deputada, que tem a ver com uma cifra de 1 mil milhão de dobras que estava dedicado à implementação da estratégia de género. Essa cifra foi retirada, porque de facto tem servido apenas para engrossar o orçamento. Essas fontes de financiamentos, apesar de identificadas e contratadas, nunca disponibilizaram dinheiro. Portanto, a existência de um contrato ou de um acordo não é garantia de que se tenha dinheiro. A título de exemplo, sem querer suscitar polémicas, o Governo assinou, no ano passado, um contrato público para uma linha de crédito de 10 milhões de dólares, para empresários são-tomenses e portugueses, mas um só cêntimo não foi desbloqueado ao longo de todo o ano e ninguém nos garante que este ano as coisas serão melhores. No entanto, o acordo foi celebrado publicamente, foi divulgado e vem-se trabalhando para que isso aconteça.

Por isso, relativamente à questão de género e das mulheres, creio que se deve olhar globalmente para as políticas que têm um impacto nas mulheres e não em pequenas acções, muitas vezes, que estão direccionadas especificamente para as mulheres. Porque toda política de saúde, de maternidade, todas as políticas de emprego, as políticas de igualdade, de acesso equitativo ao emprego, são políticas que têm um impacto substantivo na posição das mulheres, muito mais do que a posição dos homens, que gozam de uma situação, não tenhamos vergonha de dizer, muito mais privilegiada.

Essa era a explicação que gostaria de dar à Assembleia e particularmente à Sra. Deputada Ângela Pinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Agora vamos abordar o Ministério da Defesa e Administração Interna.

Preocupação, pergunta. Está tudo esclarecido em relação a esse sector?

Vamos passar para o sector seguinte, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades. Algum esclarecimento, pergunta.

Tem a palavra a Sr. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. Ministras, Srs. Ministros, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, muito bom dia.

A minha preocupação a nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros está em termos de Programa de Investimento Público. Temos aqui uma verba que está duplicada «obras de reabilitação de edifícios da rede eléctrica do Ministério». Está verba está alocada com um valor de 500 milhões de dobras, temos também reabilitação do actual edifício e revisão da rede eléctrica do Ministério, com um valor de 4 biliões de dobras. No meu entender, está duplicada esta verba e a minha sugestão é de incorporação num montante só, ou fazer alteração.

Também a nível deste Ministério, temos uma verba que está alocada para apoio ao funcionamento da embaixada de São Tomé e Príncipe na China Taiwan. Não sei se em termos de políticas do Governo se pretende continuar com essa embaixada. Caso não, gostaria de obter esclarecimento ao nível do Governo.

Há uma questão que me tem preocupado, que tem a ver com a construção de novo edifício. Nos sucessivos orçamentos, tenho estado a notar esta verba e queria um esclarecimento ao nível do Governo sobre como está a obra, porque de facto já são inúmeros orçamentos em que a obra aparece inscrita.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções na área do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidade.

Convido alguém do Governo a prestar algum esclarecimento, tendo em conta as questões colocadas pela Sra. Deputada Bilaine Ceita.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul** (Américo Ramos): — Em relação à questão levantada pela Sra. Deputada Bilaine Ceita, a primeira referente a duas verbas distintas, é porque são dois edifícios. Há o edifício principal, que é onde a instituição está actualmente, que carece de reparação, e depois há o novo edifício, que está a ser construído de algum tempo a esta parte. A verba de 4 mil milhões é para terminar a construção. Portanto, há uma diferença entre uma verba e a outra e não se pode eliminar.

Em relação à questão da embaixada, é o que expliquei inicialmente, que é necessário substituir. Envés de ser embaixada em Taipé, é na República Popular da China.

O Sr. **Presidente**: — Em relação a Negócios Estrangeiro e Comunidade, já não há mais perguntas?

Vamos passar para o Ministério da Justiça e Direitos Humanos. Alguma intervenção em relação a este sector.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Ao nível do Ministério da Justiça, a minha preocupação tem a ver com a questão da informatização dos serviços. Neste Orçamento, não vejo contemplado qualquer verba para esse fim. Nos orçamentos anteriores sim, estava algo inscrito, mas queria um esclarecimento ao nível do Governo quanto a isto, porque não sei como está o processo. Acho que é uma preocupação de todos devido ao estado de funcionamento e conservação dos documentos ao nível desses serviços.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para congratular-me com o Governo, quanto à inscrição de uma verba para o combate à violência baseada no género, com financiamento da União Europeia. Talvez a Sra. Ministra nos pudesse brindar com informações sobre em que consiste este programa.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sra. Deputada.

Mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, é simplesmente uma preocupação aqui no Ministério da Justiça e Administração Pública, construção de nova ala na Cadeia Central, com um montante de 10 mil milhões. Falo disso porque muito nos preocupa o estado da cadeia central e com todo o problema que temos hoje nessa sociedade, em matéria de criminalidade. Eu gostaria apenas que o Governo nos explicasse em que consiste mesmo essa ala.

Apenas que nos venha explicar se efectivamente também tem a ver com a reabilitação, o que nos parece insuficiente para essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções no Ministério da Justiça e Direitos Humanos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela da Costa Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, é apenas um alerta, porque vi cá no Orçamento «aquisição de meios rolantes para a PIC». Então, mais vez, para chamar atenção para se ver a questão da PIC na Região Autónoma do Príncipe, porque até hoje continuam o seu trabalho diário, mas quando têm que fazer uma diligência vão de motorizada. Então, isso é complicado para os agentes.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções.

Não havendo, não sei se o Governo quer dar resposta a algumas questões levantadas pelas Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no que se refere a informatização dos serviços do Ministério da Justiça, é preciso dizer que a situação actual das instituições que integram o Ministério da Justiça precisa de ser alterada. Essa alteração passa pela simplificação dos procedimentos e também pela modernização, tendo em conta que o instrumento mais utilizado e que tem dado provas ao nível dos outros países é a informatização dos serviços. Mesmo não estando prevista a verba para a implementação, a partir do financiamento do PNUD, o Governo pretende elaborar um estudo diagnóstico e a partir desse estudo serão definidas as áreas, a cronologia e o maior sistema informático para a gestão ao nível do Ministério da Justiça.

É preciso dizer que a informatização ao nível de Registos e Notariados já teve o seu início, teremos brevemente a presença de consultores do Banco Mundial que vão ajudar-nos a finalizar esse processo, sobretudo no que não precisa obrigatoriamente de financiamento. Porque a informatização tem a parte do levantamento da situação, do diagnóstico, a definição da estratégia e posteriormente começa-se a implementação. Por isso, a informatização é efectivamente uma das opções do Governo, para que a justiça se torne mais célere e que possa prestar um serviço de qualidade aos utentes.

No que se refere ao financiamento da União Europeia previsto para o combate a violência doméstica, particularmente no que se refere à violência baseada no género, decorre de um acordo assinado entre o Governo e a União Europeia, mas que se destina especificamente a financiar as actividades realizadas pelo Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica. Esse financiamento irá permitir o desenvolvimento de actividades de sensibilização e permitirá também activar a célula de acolhimento das

vítimas da violência doméstica. É preciso dizer que essa célula foi desactivada, porque o Centro não tinha possibilidades para acolher as vítimas de violência doméstica. Esse financiamento vem permitir também activar essa célula, reforçar a capacidade de actuação das estruturas distritais, também vai permitir desenvolver actividades com o Instituto de Droga e Tóxico Dependência, tendo em conta que a violência doméstica está ligada, muitas vezes, ao consumo de álcool e também o consumo de outras substâncias ilícitas.

Então, neste âmbito, esse projecto virá de uma maneira integrada dar repostas a essa situação da ligação entre o consumo da droga, bebidas alcoólicas e a violência doméstica, vem sensibilizar e também chamar mais a responsabilidade da sociedade e da família no combate a essa situação de violência doméstica.

Uma outra vertente deste projecto é também reforçar a colaboração com as ONG no combate a violência doméstica e violência baseada no género.

É preciso dizer que a visão transversal da violência doméstica faz com que, para além de serem actividades preventivas, é preciso também que se proceda a alteração da Lei do Código Penal. Essa também é uma preocupação e deve ser considerada como prioritária a revisão do Código Penal, no sentido de melhor garantir a protecção das vítimas de violência doméstica e facilitar o respeito dos direitos das vítimas.

No que se refere a melhoria das condições da PIC, particularmente a PIC na Região Autónoma do Príncipe, é preciso ver que quando falamos de políticas ao nível do Ministério da Justiça ou ao nível da Justiça é uma política nacional. Está-se a falar de meios para São Tomé e também para a Região Autónoma do Príncipe. E quando falamos na reforma substancial e profunda que se pretende implementar ao nível da PIC, ela engloba também a Região Autónoma. Tudo é uma questão de programação e de disponibilidade financeira para fazer face às diversas necessidades e carências com as quais se confrontam as nossas instituições públicas.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente José da Graça Diogo.

Em relação à Cadeia Central, a previsão da construção de uma ala é para dar resposta imediata a uma situação que vem desde 2009. Ao nível da população, os números dos reclusos, tendo em conta a capacidade de acolhimento da Cadeia Central, torna-se imperioso proceder-se a alteração da estrutura actual.

É a construção de mais uma ala para permitir acolher presos, permitir colocá-los de acordo com a tipologia criminal, de acordo também com a idade, para se poder desenvolver actividades de reinserção social, de maneira tal que, quando os reclusos saírem da prisão, possam regressar à sociedade e poder facilmente integrar-se e evitar que haja reincidência no cometimento de crimes.

Basicamente, está-se a falar de construção de mais celas para acolher presos.

É verdade que o Governo está a trabalhar no sentido de se vir a construir mais uma cadeia e resolver também ao nível da Região Autónoma do Príncipe, acolhimento de pessoas que forem condenadas e que têm que cumprir a pena em situação de caso.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Ministra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela da Costa Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, mais uma preocupação, é sobre a questão dos delegados e juizes que devem estar residentes no Príncipe e que não estão lá por causa da questão da situação de habitação. Então, quando há crimes graves, os criminosos são trasladados para São Tomé, mas quando são crimes leves, não se dá uma resposta rápida à população, sobretudo mesmo os casos de violência doméstica, demora muito tempo a darem resposta e, muitas vezes, a vítima sente o receio de retornar a fazer a queixa, porque não vê resposta atempadamente.

Então, é para vermos o que podemos fazer para resolver o problema de habitação, para que esses juizes e os delegados residam na Região Autónoma do Príncipe.

Também aproveito para dizer à Sra. Ministra que vivemos isso no dia-a-dia. O País é São Tomé e Príncipe, mas muitas vezes os técnicos de cada ministério, quando existe uma programação ao nível nacional, se os Ministros decisores não baterem mesmo para lembrar da Região Autónoma do Príncipe, tudo fica por cá. Por isso é que chamei atenção quanto a essa questão, porque vivo isso até agora. Mesmo fazendo parte do poder neste momento, vivo isso no dia-a-dia. Por isso é que peço encarecidamente à Sra. Ministra quanto a essa questão da PIC, para ver se enviamos realmente um transporte, para que os agentes possam realizar as suas tarefas dia-a-dia.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções?

Vamos passar para um outro sector, porque julgo que não deve haver mais preocupações no que concerne ao Sector da Justiça.

Bem, agora vamos abordar questões atinentes ao Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

Posso considerar que o silêncio significa que está tudo bem? Podemos passar para um outro sector?

Portanto, vamos apreciar agora as câmaras distritais.

Portanto, não há preocupações em relação às câmaras.

Portanto, vamos passar para a Região Autónoma do Príncipe.

Em relação à Região Autónoma não há questões a colocar?

Acho que já não haverá intervenções no que diz respeito à área institucional.

Portanto, terminadas as intervenções, nesta primeira área, vamos agora abordar a área económica, também com 150 minutos globalmente. Vamos debater questões que se prendem com o Ministério das Fianças, Comércio e da Economia Azul; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural; Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente. Portanto, está aberto o espaço para intervenções das Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ao passarmos para a área económica, teríamos que ter a nova redistribuição do tempo.

O Sr. **Presidente**: — Está bom. Vou já passar essas informações.

Em termos de distribuição do tempo, para a área económica, o Governo tem 54 minutos, o ADI tem 54 minutos, o MLSTP/PSD tem 27 minutos, o PCD tem 10 minutos e o Deputado do UDD tem 5 minutos.

Espero ter satisfeito a pergunta do Sr. Deputado.

Portanto, vamos abordar para já o Ministério das Fianças, Comércio e da Economia Azul. Não há inscritos.

Vamos passar para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. É mais uma oportunidade que as Sras. e Srs. Deputados têm para colocarem as questões e poderem obter algum esclarecimento por parte do Governo. Não havendo intervenções, vamos passar para o sector das Infra-estruturas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

É só para fixamos, sector agricultura e desenvolvimento rural. Ok

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra para fazer uma reflexão sobre a minha intervenção de ontem. A verdade é que não foi a altura própria, tendo em conta que agora estamos a fazer esse exercício. Gostaria de fazer lembrar que o Governo, através do Sr. Ministro da Agricultura, efectuou uma visita à comunidade Colónia Açoriana e o que a comunidade fez transparecer é que, pela primeira vez, um ministro da agricultura pôde chegar a essa comunidade.

De facto essa comunidade estava completamente perdida. Deixaram uma mensagem e era essa mensagem de fundo é que ontem eu quis partilhar aqui com as Sras. e Srs. Deputados, que me parece ser uma mensagem da actualidade, quando eles diziam ao Sr. Ministro que agora vamos mudar de paradigma. Essa expressão é fundamental para nós que estamos hoje a fazer esse exercício de aprovação deste grande instrumento que temos na mão. Porque esses elementos ali, tão longe que vivem, já sabem e têm a consciência que chegou a altura para tomarmos uma outra posição. E eles estão a pedir a São Tomé e Príncipe para mudar de paradigma.

Agora, eu gostaria também de solicitar ao Sr. Ministro, porque vejo aqui o diagnóstico, enfim, passo depois para falar sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Tomo a palavra para solicitar ao Governo com relação a conservação e transformação dos produtos agro-alimentares.

Como todos vós sabeis, em determinadas épocas do ano, temos excedente de produção, vários produtos, não só produtos hortícolas, mas outros produtos também, como bananas, fruta-pão, enfim, e eu gostaria de saber ou ouvir do Governo com relação a câmara de conservação dos produtos hortícolas que está situada na zona de Mesquita. Portanto, gostaria de saber se aquela câmara está em funcionamento e qual é o plano que existe com relação a essa questão.

O sector de transformação, mesmo transformando os produtos agro-alimentares, não é suficiente para se aproveitar ou consumir todos esses produtos, tendo em conta que nós, os são-tomenses, ainda não nos habituamos com os produtos transformados localmente, para consumirmos devidamente ou valorizá-los. É uma questão, tendo em conta também o preço que se aplica aos produtos, ou seja, às matérias-primas e, para obter o produto final, o preço não facilita muito aos bolsos de todos os são-tomenses. Por isso, gostaria de saber ao nível do Governo como é que está a situação da câmara de conservação de produtos a frio.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela da Costa Pinheiro** (ADI):— Sr. Presidente, a minha preocupação é sobre uma estrada na ilha do Príncipe que, pelo visto, neste momento, deve ser a pior. E como não vimos cá espelhado no orçamento e é uma zona onde as pessoas transportam os seus produtos, seja agrícola seja mesmo da pesca, levanto esta questão para ouvir do Sr. Ministro, visto que algumas vezes já tinham dito que está planificado para 2017, mas não vejo cá. É a estrada da Roça e Praia Abade, na zona Sul.

Por isso é que eu vim para o Sr. Ministro dar um esclarecimento quanto a essa estrada.

O Sr. **Presidente**:— Mais questões em relação ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Não havendo, convido o Sr. Ministro, para prestar o esclarecimento, se por ventura houver.

O Sr. **Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (Teodorico Campos):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em função das preocupações levantadas concernentes ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, as maiores preocupações são ligadas às pistas rurais. Como sabemos, um dos grandes entraves para o escoamento dos produtos são as vias de acesso.

E para dizer aqui a esta augusta Assembleia que estamos preocupados com aquilo que os nossos agricultores, não só pequenos como médios, produzem, tanto para que consigam comercializar os seus produtos, como é óbvio, como também na sua possível transformação.

Eis a razão por que o Sr. Deputado Salvador cingiu-se às comunidades de Colónia Açoriana, nomeadamente São Francisco, São Paulo e São Manuel. Quero confirmar, mais uma vez, que existe financiamento disponível, através do BAD, os estudos serão feitos ao longo deste primeiro semestre. De acordo com as informações obtidas dos moradores, a zona tem muita pluviosidade, não existe a Gravana. Assim estamos a trabalhar para que a partir de Maio, se tudo correr bem, em função dos estudos, possamos iniciar o arranque daquelas pistas. Não só aquelas, mas também teremos fundo para outras vias que têm enormes dificuldades.

No que concerne à preocupação levantada pela Sra. Deputada Alda Ramos, é óbvio que sabemos que, enquanto houver produção, nem todos os produtos serão comercializados frescos. Assim, há toda necessidade de também transformarmos alguns produtos, porque também estamos a apostar no sector turístico e muitas das vezes os nossos turistas, quando se deslocam ao País, têm essa vontade de degustar alguns produtos transformados do nosso país. Aliás, pela qualidade dos nossos produtos e fertilidade do nosso solo, sempre todos eles são gostosos.

Gostaria de dizer à Sra. Deputada que, no ano passado, estávamos a prever a construção de um centro de conservação e comercialização de produtos, mas infelizmente, por razões de crise financeira internacional, o parceiro não conseguiu garantir-nos o financiamento, mas neste momento estamos a trabalhar dentro das possibilidades, no mercado de Bobô Forro, em que temos já um espaço identificado, para iniciarmos este processo, em função dos estudos que iremos obter.

Também desde já gostaria de informar aos digníssimos Srs. Deputados que, com a China Popular, já tivemos a preocupação de manifestar esse interesse e possivelmente poderemos ter essa infra-estrutura erguida, para dar resposta à conservação e comercialização dos produtos.

Quero dizer também à Sra. Deputada que a infra-estrutura de Mesquita não funciona já há algum tempo. Desde que fui nomeado Ministro, tive a oportunidade de visitar aquela infra-estrutura, mas em termos de despesas energéticas tem enormes problemas, há dificuldades com a ventilação e a equipa aconselhou-nos que, se for para reparar aquela infra-estrutura, seria de preferência construir ou adquirir uma nova infra-estrutura. E é por esta razão que uma pequena parte da infra-estrutura está apenas para conservação de produtos da BECAFE, quando temos um ou outro produto para sementeira, mas para a comercialização esta infra-estrutura não está adequada. Eis o motivo que estamos a trabalhar ainda com o parceiro, para que possamos encontrar financiamentos para dar respostas a este pequeno flagelo.

Quanto à preocupação levantada pela Sra. Deputada Ângela Pinheiro, no âmbito do BAD essas infra-estruturas, como disse e muito bem, estavam contempladas no PRIASA1 e, como sabemos, no Príncipe chove muito e houve algum problema para iniciar a implementação desse projecto, mas essa pista está incluída, em função dos estudos que vamos fazer. Temos a pista do Príncipe, a pista de Lobata, que também vamos dar atenção, e um troço de Cantagalo, propriamente na zona que liga Água Izé a Claudino Farro e existem ainda alguns troço que ficaram por concluir, porque há vias que temos é que assegurar com calçadas. Terra batida não será possível, porque trará também alguma dificuldade e prejuízos.

Eis o motivo que daremos continuidade, no âmbito dessas pistas, não só em São Tomé, como também na Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**:— Vamos passar para o último sector, que é o Ministério das Infra-estrutura, Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— No Ministério de Infra-estruturas, primeiro quero felicitar o Governo, pelas acções, projectos e a visão que tem, que vão de acordo com o seu Programa.

No projecto de infra-estruturação, mormente a questão da rede eléctrica, ou melhor, melhoria de energia e também extensão da rede eléctrica para zonas onde a população ainda não beneficiava desse bem, que em mundo moderno é um bem necessário.

E sobre esse sector de energia, o País deu um grande passo. Temos a extensão de energia para a zona Norte e a zona Sul. Temos aqui um projecto de recuperação do sector energético e gostaria apenas que o Sr. Ministro desse mais explicação sobre o mesmo. Eu acredito que tem a ver com a questão de energia, mas, de um modo específico, temos a extensão da rede que foi neste momento até a zona Sul, no entanto, gostaria que o Sr. Ministro me pudesse dar algum esclarecimento em termos de horizonte temporal para a instalação do transformador para a zona de Angra Toldo. Creio que é Angra Toldo Praia, em que há necessidade de instalação de um transformador. Apenas gostaria de perceber, em termos de horizonte temporal.

Ainda no sector de energia, gostaria de saber se este projecto de recuperação do sector energético também contempla a zona centro. Se é neste ano que começaremos a ser beneficiados ou para o ano. Zona centro, estou a falar das comunidades de Abade e essas comunidades ali, que também tem são-tomenses e precisamos que a energia chegue.

Sobre a água, gostaria de pedir um esclarecimento ou ponto da situação, já agora é uma oportunidade que tenho para que o Ministro pudesse falar sobre o projecto de Ôbo Longo, que abastece as comunidades de Cruzeiro, Pau Sabão, Caixão Grande, Riba Mato e que vai até Praia Melão. É apenas um pedido de esclarecimento.

E o ponto da situação sobre a derrocada. A maquinaria subiu para repor a via transitável, temos uma comunidade de agricultores, mas a maior parte são vianteiros, que utilizam essa estrada para a sua vida. Portanto, eu gostaria apenas de saber qual é o ponto da situação nesse aspecto.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernandes.

O Sr. **Mário Fernandes** (ADI):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Vim cá, primeiro, para agradecer ao Governo pela extensão da rede de energia eléctrica que chegou a Caué, mais concretamente a cidade de Angolares e, por outro lado, se bem que já foi frisado aqui pelo Deputado Abnildo, temos um ramal que passa por cima de Angra Toldo e era bom que tivesse isso em consideração, é um reforço. E também temos o caso de Praia Pisqueira e Monte Mário. Também no que diz respeito a Ribeira Peixe, temos a questão de uma ponte crítica que faz a ligação entre Praia e Ribeira Peixe Sede.

Também há o caso de Monte Mário, no âmbito de energia eléctrica, para tomar nota. Portanto, é neste âmbito que venho dar a minha contribuição.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Milton Lima.

O Sr. **Milton Lima** (ADI):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao sector de infra-estrutura, está inscrita uma verba para a construção da estrada que liga Oque-Del-Rei a Boa Morte e não sei se faz também ligação a Rua Padre Martinho Pinto da Rocha à Igreja da Conceição, ou se termina mesmo em Boa Morte. Porquê? Porque também a estrada que liga Rua Padre à Igreja da Conceição está a precisar de obras.

Outro aspecto também que me traz aqui tem a ver com a contratação das empresas para construções. Este é um aspecto administrativo e não está no Orçamento. E era bom que ao nível das infra-estruturas o Governo analisasse a lista de dois orçamentos, sendo um para as empresas que vão executar e outro é para a fiscalização. Porquê? Porque inscrever no orçamento das empresas 3% para fiscalização chega a ser desmotivante para uma boa fiscalização. Portanto, se quisermos que haja qualidade nas obras, é necessário que se mude esse sistema. Que as empresas apresentem um orçamento e a equipa de fiscalização faça o seu orçamento separado.

Um outro aspecto que acho também interessante ao nível de infra-estrutura tem a ver com a zona de Algés, Pinheira. Não está aqui inscrito o sistema de abastecimento de água a esta comunidade. Sr. Ministro, aquela comunidade ainda consome a água do rio. Se não há possibilidade de se inscrever verbas para este ano, para capitação e distribuição de água para essa comunidade de Algés, Pinheira, que se arranje um meio-termo. Há lá um rio e portanto há forma de contornar a situação. Seria a construção de dois depósitos no rio. Um de capitação e outro de distribuição. Esse de capitação seria para recolha de água do rio e o de distribuição seria já com tratamento, com o sistema de torneira ou chafarizes e as pessoas, ao invés de irem buscar água no rio, passariam a colher água do depósito, directamente, caso não houver verba para o sistema de distribuição de água para aquela comunidade.

Um outro aspecto que penso que deve ser meramente administrativo tem a ver com a Lei de Licitação Básica. Na lei, as empresas são obrigadas a apresentar uma garantia bancária, aliás duas ou várias. Garantias para concurso, garantias para o financiamento e muitas vezes essas garantias chegam a ser custos para empresas e nem o Governo nem as empresas conseguem activar essas garantias. Porquê?

Porque o Banco não dá dinheiro, quando se precisa de dinheiro para executar as obras, e o Governo também se calhar nem consegue recuperar essa garantia, quanto ao incumprimento.

Portanto, são essas questões para se analisar e ver como se pode contornar.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI):— Sr. Presidente, a minha preocupação está virada para a reabilitação do troço de estrada da Vila de Bombom, Rua Doido. Parece não ser grande coisa, por ser um troço bastante pequeno, parece ser algo bastante insignificante, mas não é. Essa danificação toda tem estado a causar algum transtorno na circulação de viaturas e recordo-me bem que no ano passado já solicitei sobre isso, mas não está. Entendo bem, mas gostaria que o Sr. Ministro nos brindasse com alguma informação com relação à reabilitação desse pequeno troço de estrada da Vila de Bombom.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, volto a usar da palavra, porque havia esquecido de dois aspectos que constam no orçamento, que acho fundamental e gostaria de mais esclarecimento. Tem a ver com o projecto de arruamento da cidade de Santo António do Príncipe, está inscrito cá no nosso orçamento e vejo cá uma verba na ordem de 30 mil milhões de dobras. Gostaria de encorajar o Governo para a concretização desse projecto, mas gostaria de aperceber do Sr. Ministro se essa verba é suficiente. Porque o arruamento da Região Autónoma do Príncipe está num estado lastimável e gostaríamos que a cidade de Santo António fosse uma coisa também bonita, tendo em conta que é a cidade da ilha de reserva mundial da biosfera.

Outro aspecto tem a ver com o GIME. É verdade que muitas famílias beneficiam, aquelas que trabalham, mas é um projecto muito valioso. Parecendo que não, mas se eu tivesse que eleger a melhor instituição, seria o GIME, porque tem ajudado bastante na manutenção das nossas estradas. Gostaria que o Sr. Ministro nos pudesse fazer aqui o ponto da situação sobre esse projecto.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bondoso.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI):— Sr. Ministro, no Programa de Investimento Público, não vejo inscrito o abastecimento de água potável para as zonas de Correia, Penha e Palmar.

Na zona de Boa Morte, há uma estrada que começa de Café Café, vem directamente à frente do Terraço Marítimo e depois há um troço que liga Vági Sum Zóm da Clússu a Ponte Graça. Não está inscrito, mas eu tinha falado com o Sr. Ministro ontem...

Risos do ADI.

...sobre este aspecto.

É só para reforçar, para não esquecer, porque eu vivo naquela localidade.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI):— Sr. Presidente, tenho uma preocupação na esteira daquilo que disse o Deputado que me antecedeu, que falou sobre a questão dos empresários. Constatamos alguma deficiência que, se calhar, pesa muito sobre os empresários construtores aqui em São Tomé, que tem a ver com o alvará. Sr. Ministro, parece que esse mecanismo não facilita nem os empresários nem o Governo, nas acções para desenvolver o País. O alvará é pago por duas vezes. Uma é na fase de solicitação, outra é em cada na, em que se tem que renovar, ao mesmo preço que se pede. E hoje parece-me que se está a criar outra alternativa, que me parece que nem vai colar, tem-se que pagar os impostos e não sei quanto. Gostaria que o Sr. Ministro visse esta questão, pelo menos.

Há outra questão que me preocupa, é uma questão que não é nova, que tem a ver a com construção do muro de contenção, na subida do Hospital Central. Temos aqui uma verba, mas é uma obra que já veio variadíssimas vezes e neste orçamento continua. Assim, queríamos perguntar Sr. Ministro, quando se poderá terminar essa obra, para dar uma outra imagem à nossa capital.

Outro assunto tem a ver com a reabilitação, que vejo aqui, do troço de estrada que liga Madalena ao Cemitério. É uma estrada que sempre se tem solicitado e tem havido reabilitação, mas é uma zona que chove muito e esta forma de proceder à reabilitação não vai funcionar. Eternamente, vamos permanecer a reabilitar e reabilitar.

Uma proposta, de facto estou a pensar numa inovação. Estava aqui o Sr. Ministro da agricultura a falar de estradas calçadas. Parece-me que naquelas zonas estradas calçadas são melhores e têm mais resistência, na minha opinião, do que aquela coisa que metemos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Costa.

O Sr. **Ivo Costa** (ADI):— Sr. Presidente, Caros Colegas, sou Deputado da Nação e tenho uma preocupação, Sr. Ministro, quanto ao Distrito de Cantagalo. A rede eléctrica de energia da EMAE é uma grande preocupação para a população de Santana. Sempre passo por lá e há uma reclamação enorme. Basta entrar para a zona de atrás do Cemitério, de Riboque Santana para a Praia Almojarife, há uma grande dificuldade de energia. E a razão que me traz cá é para solicitar ao Sr. Ministro se está contemplado para este ano orçamento.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, para dar alguns esclarecimentos.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente** (Carlos Vila Nova):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Perante as questões que foram levantadas aqui, vou tentar responder e, se calhar, dar algumas explicações relativamente a algumas questões.

O Sr. Deputado Abnildo falou sobre a recuperação do sector energético, transformador da zona de Praia Angra Toldo, zona Centro. O projecto de expansão e recuperação do sector energético continua, é um projecto que está em curso. Há acções que vão decorrer, não estão concluídos e ao longo deste ano pensamos concluir quase a totalidade deste projecto, quer ao nível de extensão quer ao nível do transporte, da melhoria de rede e também na construção dos centros de corte, das subestações que, sendo a mais importante delas essa que vai estar onde se depositavam as torras da Cerração de Frutuoso. Já estão resolvidos os problemas administrativos relativamente ao terreno e essa subestação vai permitir melhorar o transporte de energia da Central de Santo Amaro I e II para a nossa Central e assim conseguirmos fazer uma melhor distribuição.

Também está contemplado um novo centro de despacho, que será o centro que vai fazer o controlo e a gestão de cortes, de reposição e de distribuição de energia, que será feito também onde está a Central de São Tomé.

Quanto ao arruamento da cidade de Santo António, também é um projecto em curso, que está em andamento e inclui um lote, foi uma questão levantada aqui noutras ocasiões, porque se fizéssemos apenas o arruamento, não seria suficientemente aliciante para as empresas, pelo facto de se fazer a mobilização na Região Autónoma. E assim esse lote contempla também a estrada de Porto Real. O arruamento está em curso e vai continuar em curso e, por isso, a inscrição da verba, para dar continuidade aos trabalhos.

O projecto de Ôbo Longo também é um projecto que está em andamento. É um projecto que vai fazer o abastecimento de água à população do Distrito de Mé-Zóchi, sobretudo, e abrange os corredores todos que citou. Digamos que chegará a Praia Melão e vai reforçar o sistema de abastecimento na cidade de Trindade, que não estava previsto, mas conseguiu-se incluir, de modo que esperamos que com a conclusão desse projecto teremos resolvido um grande problema de abastecimento de água neste sector, porque também assistirá... há bocado falou o Sr. Deputado Milton Lima, também, numa primeira fase, assistirá. Por que é que eu digo numa primeira fase? Temos no projecto de abastecimento de Santana, esperamos lançar o concurso ainda este ano, que vai chegar à zona de Pinheira. Foi outra alteração que fizemos ao projecto e não se limitará apenas a Água Izé e Santana, mas cobrirá também a extensão a essas zonas. Creio que também conseguiremos resolver essa junção dos Distritos de Cantagalo e Mé-Zóchi.

O projecto de Ôbo Longo está em curso e encontra-se numa fase que parece parada, decorrente do período de férias, porque a empresa que tem o projecto decidiu dar férias de uma forma geral e reorganizar todo o seu trabalho técnico, mas há pequenos trabalhos que continuam em andamento. Com a aprovação do Orçamento, retomaremos os trabalhos.

Quanto à estrada de Bombaim, aconteceu uma situação de emergência que não foi prevista, nós todos lamentamos, um grande deslizamento de terras, de uma grande dimensão. Na semana passada, estivemos no local, mais uma vez, e na Quinta-feira finalmente, porque já tínhamos introduzido a questão ao Venerando Conselho de Ministros, para informar da situação, no dia 19, o Conselho de Ministros decidiu então orientar o Ministro de Infra-estruturas para que se ocupasse e ter poderes para tratar do assunto. E feitos os procedimentos administrativos, já temos no local uma empresa que já está a trabalhar, para que consigamos reabrir a via, para a circulação de bens e de pessoas. Portanto, de todas as propostas que recebemos, optamos por aquelas que permitiria a circulação também de bens, porque quase todas elas eram apenas para a circulação de pessoas, o que não iria também resolver o problema, tratando-se de uma zona onde há de facto bens a circular.

O Sr. Deputado Mário Fernando levantou a questão da ponte de Ribeira Peixe e da energia, se bem que também o Sr. Deputado Abnildo falou do transformador de Angra Toldo. Sim. É uma tarefa que foi atribuída à EMAE e depois da inauguração da rede pública em Angolares, e a EMAE está a proceder então a todos os expedientes para que se consiga fazer aquisição e instalação. Portanto, é algo que pode acontecer nos próximos tempos.

A ponte de Ribeira Peixe, as pontes de cidade de São Tomé e uma ponte pedonal no Plano de Água Izé estão incluídos e estão em discussão no PEC, com Portugal. Assim que finalizar os detalhes da discussão

com o PEC então as pontes todas serão reabilitadas. Acho que da cidade de São Tomé, do rio Água Grande, as de Ribeira Peixe e a pedonal de Plano do Água Izé estão incluídas neste programa.

Sobre a solicitação de informação no que diz respeito à estrada de Ôque-Del-rei a Boa Morte, inclui sim a Rua Padre Martinho Pinto da Rocha. Já fizemos um lote, porque a Rua Padre Martinho Pinto da Rocha tem graves problemas de saneamento e está também incluído o problema de saneamento e então a reposição do piso, nessa fase. O mesmo lote inclui a recuperação da Rua Doida de Bombom.

Algés, Pinheira, já me referi um bocadinho sobre como é que vamos fazer.

Quanto ao Deputado Jorge Bondoso, que levantou uma questão, é para lhe dizer, porque me perguntou, que não estão inscritas porque, nos recursos financeiros disponíveis, não se pôde abrangê-las, mas tomo boa nota e, no quadro dos trabalhos subsequentes que se irá fazer, nomeadamente na eventual proposta de orçamento rectificativo, veremos como enquadrar essas questões, porque não são assuntos fechados, são assuntos para os quais temos que olhar e, à medida do possível, atender. Mas neste momento não está previsto.

Quanto a questão que o Sr. Deputado Salvador levantou, o Sr. Deputado Lima, também são questões sobretudo de organização decorrentes da lei. Neste momento, não posso dizer o que vamos fazer, porque o cumprimento da lei obriga a que haja propostas para a execução dos trabalhos e propostas para a terceirização ou a fiscalização e a alteração desse procedimento implicaria a alteração da própria lei. Estamos abertos e se for esse o caso pode-se rever, mas neste momento teremos que fazer como está previsto na lei. Não há outra forma de ver, nem relativamente aos empresários.

Quanto aos alvarás, há informações que o Sr. Deputado colocou que são novas. Eu desconhecia que se tinha que pagar impostos sobre alvarás e não me parece que seja, pode ser uma má interpretação.

A possibilidade de se pagar duas vezes o alvará no mesmo ano sim, pode ser, mas ainda esta manhã tive um encontro com a equipa do Banco Mundial, que está a trabalhar numa plataforma de inclusão de todos os sistemas de alvarás em guinche único. E é muito provável que ainda este ano, o prazo está previsto para Março, se dê o início à operação na plataforma. Quer dizer que poderemos vir a ultrapassar esta questão de alvarás, que de facto é ainda um sistema processual quase que arcaico, que continua em vigor e que para o qual teremos todo empenho em, conjuntamente com os alvarás de outros ministérios, fazer funcionar, no quadro desta plataforma, que é sustentada e apoiada pelo Banco Mundial.

O muro de contenção da estrada do Hospital, o chamado muro de CKDO, está em obras e neste momento a falta de actividades não quer dizer que está parado. Não está parado. É uma paragem obrigatória, para consolidação de tudo que foram os inertes, o que se colocou para sustentar. Para evitar casos piores, o muro foi erguido, mas é preciso a consolidação e há um período que foi tecnicamente solicitado e é esse período que estamos a observar, antes de prosseguir com um outro muro mais pequeno de protecção ou mais encostado à via e depois a própria via em si. É por isso que está inscrita alguma verba, para continuarmos com esse trabalho.

Quanto à estrada de Madalena ao Cemitério, não houve intervenção, razão pela qual ela volta e a tipologia de intervenção vai de encontro ao que disse. Depois de analisarmos, de facto verificamos que talvez seja melhor, numa boa parte dela, usar a tipologia em calçada, para dar maior consistência àquela parte. Mas das outras vezes não houve intervenção e agora espero bem intervir-se nessa estrada.

Sr. Deputado Ivo, tomei boa nota da sua preocupação. Os serviços da EMAE irão ver o que se passa, porque percebi que seja um problema de qualidade de energia. Isso também é algo que se vê e nem é necessário estar inscrito no orçamento, mas fez bem e daremos atenção ao que solicitou.

Quanto à questão dos GIME, quero dizer que de facto fazer mais comentários com mais adjectivos não vale a pena, porque o Sr. Deputado já o fez. Preocupa-nos e aguardamos a todo o momento a Aprovação do Orçamento, para retomar a contratualização de todo o trabalho dos GIME. Sabemos da importância que tem para as famílias, embora saibamos também que não se trata de emprego efectivo. É um emprego complementar para a subsistência das famílias, mas com a aprovação do orçamento retomaremos a contratualização dos serviços dos GIME.

Espero ter respondido a todas as questões que foram levantadas e agradeço aos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**:— Tem palavra o Sr. Deputado Silvestre Mendes.

O Sr. **Silvestre Mendes** (ADI):— Sr. Ministro, venho cá para solicitar-lhe qual é o plano que o Governo tem para a estrada de Neves. É o primeiro caso.

O outro caso também é para agradecer ao Governo pelo facto de levar a energia até a comunidade da Vila de Santa Catarina e agradecer também por nós de Diogo Vaz e as comunidades de Ribeira Palma, Ribeira Funda, Monte Forte e Esprinha termos beneficiado da energia. Neste momento, há uma alegria imensa lá nessas comunidades, porque é uma comunidade que não tinha energia e agora tem. Antes, as pessoas iam para a cama muito cedo, mas agora vão tarde e com muita satisfação, pelo facto de serem beneficiadas com a energia.

Por outro lado também gostaria de pedir ao Sr. Ministro, tendo em conta que a energia vai chegar a Santa Catarina, qual é a possibilidade que o Governo tem para esticar a energia para a comunidade de Ponte Samu, tendo em conta que é perto e é uma comunidade que está a crescer.

Outra preocupação também tem a ver com a ponte de Anã Bó. Como é o padrão de descobrimento de São Tomé, o Governo já está a fazer alguma intervenção lá, como a recuperação da infra-estrutura, mas há pessoas que estão a partir os vidros da infra-estrutura. E um apelo que faço é para o Governo ver junto à Camara Distrital de Lembá, para pôr lá seguranças, porque não é normal o Governo fazer a manutenção de uma infra-estrutura e ter pessoas a destruir.

Outra preocupação grande que há em relação a essa ponte é que há um enorme perigo lá, porque muitos turistas vão lá, aquela estrada faz confusão e uma pessoa, querendo passar de uma estrada pode passar de outra e é um perigo.

Sr. Ministro, não sei se poderá dar uma mão àquela ponte.

É só isso.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, há mais intervenções.

Não havendo, convido o Sr. Ministro de Infra-estruturas para prestar mais alguns esclarecimentos.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**:— Sr. Deputado, a Estrada Nacional n.º 1, que vai a Neves, tem sido objecto de intervenções. Primeiro foi a protecção costeira, para garantir que a estrada possa estar em um estado de estabilidade, foi feito, e procedemos a um estudo profundo sobre o tipo de estrada e de via que queremos para a Nacional n.º1, tratando-se de uma estrada com maior, por via económica e social, então, temos o estudo e neste momento o Governo está a trabalhar na procura de investimentos para então proceder à sua reparação. Ultimamente a União Europeia foi vista na comunicação a manifestar o seu interesse em trabalhar connosco nesse sentido. Portanto, estamos a explorar essa via, trabalhando não só com a União europeia, mas com os parceiros, porque se trata de uma obra de grande envergadura e de elevado custo. Vamos ver se vamos conseguir fechar esse processo.

A energia de Santa catarina está em curso, Ponte Samu, tomo nota, vamos ver. Não estava previsto, mas à semelhança de outras zonas, vamos ver com a Empresa de Água e Electricidade o que poderemos fazer.

Em relação à ponte de Anã Bó, sim, também não está inscrita, mas também é uma preocupação. Lembro-me de já termos tido essa ponte inscrita e não foi possível fazer. Hoje ela ganha mais complexidade, não foi possível nas propostas que fizemos e, de acordo com os recursos existentes, não foi possível fazê-la. Há trabalhos que decorem naquele local, portanto trabalhos relativos a influência e a expressão de outros ministérios e é preciso agora congregarmos esforços e ver como se vai conseguir ultrapassar a questão. Porque uma vez refeitas as instalações de Anã Bó, é preciso também encontrar melhorias na via de acesso, para que as pessoas lá cheguem e possam usufruir.

Quanto à situação de eventual vandalismo ou protecção, profiro não comentar, porque eu passaria também fazer-lhe questões, na qualidade de autarca. É uma questão que depois poderemos falar, porque estando os senhores lá, podem muito bem velar pelo bem público.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Salcedas Barros.

O Sr. **Salcedas Barros** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vim cá porque vi no orçamento «construção de estrada de Palha a Margarida Manuel» e então vim solicitar ao Sr. Ministro se o troço que liga Palha a Almeirim está contemplado neste orçamento.

E também vim solicitar ao Sr. Ministro como está o ponto da situação do terreno de S. Marcos, tendo em conta que cerca de 60 a 70 pessoas têm títulos de posse de terra, mas até agora não conseguiram o seu terreno, tendo em conta que há camponeses lá instalados.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. **Ministro de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente**:— Sr. Deputado, o troço de estrada de Palha a Almeirim não está incluído no troço de estrada de Palha a Margarida Manuel. Portanto, ainda não está. Pode ser um troço para uma próxima etapa, mas neste momento não está incluído naquele troço.

O assunto de S. Marcos, embora não sendo um assunto propriamente daqui, quero dizer-lhe que há uma equipa técnica que não é dos serviços cadastrais, envolve também representantes da população de lá, que estão a trabalhar no assunto, e espero que brevemente possamos resolver, porque das 60 pessoas que o Sr. Deputado falou, e sabe, nem todas são os verdadeiros possuidores de títulos. Transaccionaram o que não deve ser transaccionado, criaram situações de conflitos e é preciso agora resolver. Portanto, por isso agora há uma equipa a trabalhar no assunto.

O Sr. **Presidente**:— Não havendo mais questões, concluímos as intervenções nas áreas institucional e económica e, portanto, para amanhã o que está previsto, em função daquilo que discutimos em Conferência de líderes, é que logo de manhã, em primeira mão, iremos abordar questões atinentes ao sector social e depois passaremos à apreciação dos dois documentos que temos em mãos, que são as GOP e o OGE, em

votação final global, e aí sim iremos aprovar esses dois documentos, artigo por artigo, começando pelo preâmbulo e até o fim. É só para esclarecimento.

E agora é só para elucidar, os documentos que estão aqui colocados já na proposta, tanto do OGE como das GOP.

Posto isto, quero agradecer a presença das Sras. e dos Srs. Deputados e também dos membros do Governo pelas contribuições fornecidas ao longo deste debate e assim declaro encerrada a sessão de hoje.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Domingos Monteiro Fernandes

Oswaldo tavares dos Santos Vaz